

Comissão mista aprova parecer sobre cédula que reduz juros para o campo

Novas regras permitem a negociação das cédulas pelo investidor no mercado. Agricultor que tomar o dinheiro emprestado será obrigado a oferecer garantias de que entregará o produto ou pagará o empréstimo no vencimento

Parecer do senador Jonas Pinheiro favorável à Medida Provisória 2.017, que faz mudanças na Cédula de Produto Rural, foi aprovado ontem pela comissão mista encarregada de apreciar a matéria. As cédulas poderão ser negociadas pelo investidor no mercado e o agricultor que tomar o dinheiro será obrigado a oferecer garantias de que entregará o produto ou pagará o documento na data do vencimento. Jonas afirmou que a nova cédula, com resgate financeiro, tende a atrair os produtores brasileiros para o chamado mercado futuro. Com a aprovação do parecer, a medida será votada, agora, pelo Congresso Nacional. Entretanto, as novas regras já estão em vigor desde o dia 20 de janeiro, quando a MP foi publicada.

PÁGINA 2



Jonas Pinheiro afirma que o resgate da cédula em dinheiro leva produtor ao mercado futuro

COMO É UMA CÉDULA DE PRODUTO RURAL

O agricultor, que precisa de dinheiro para plantar, emite a cédula, que é "comprada" por um investidor. O documento pode ser negociado na Bolsa de Mercadorias & Futuros.

A cédula tem de prever se o pagamento será com o produto colhido ou em dinheiro. Deve conter garantias, preço ou índice de preços utilizado no resgate.

No fundo, trata-se de um financiamento agrícola, mas sem interferência de banco. Por isso, os juros devem ser menores.



Integrantes da CCJ reúnem-se na quarta-feira para votar matéria considerada prioritária pelo governo

CCJ vota desvinculação de recursos na quarta

Será na próxima quarta-feira a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta que estabelece a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que dará ao governo autonomia para decidir a melhor aplicação de 20% do Orçamento. O presidente da CCJ, senador José Agripino, concedeu pedido de vista coletivo à matéria ontem. O líder do governo, José Roberto Arruda, considera a aprovação da DRU prioridade máxima na convocação extraordinária.

PÁGINA 7

APROVAÇÃO DA PEC DOS GASTOS COM VEREADORES FOI O DESTAQUE DA SEMANA

A aprovação pelo Senado da emenda constitucional impondo limites aos gastos das câmaras de vereadores foi o destaque da semana. A matéria vai agora a promulgação.

PÁGINA 2

Parlamentares discutem MP que disciplina clubes e bingos

Com a participação de dirigentes esportivos e procuradores da República, senadores e deputados da comissão que analisa a MP sobre bingos e funcionamento de clubes promoveram ontem uma audiência pública.

PÁGINA 4



Procurador Luiz Francisco fala na comissão, que tem como relator Maguito Vilela e presidente, Ronaldo Vasconcellos

Acolhido parecer favorável à Cédula de Produto Rural

Segundo o senador Jonas Pinheiro, que relatou a matéria na comissão parlamentar mista que examinou o assunto, o novo instrumento de crédito poderá reduzir os custos de financiamento para os agricultores

A comissão mista encarregada de apreciar a Medida Provisória 2.017, que faz mudanças na Cédula de Produto Rural, aprovou ontem parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). A cédula é um documento que os agricultores emitem em troca de financiamento para plantio. O pagamento é feito com o produto da colheita. A MP autoriza o produtor a também pagar a cédula em dinheiro, e não apenas com a entrega física do produto.

Jonas Pinheiro afirma em seu parecer que a possibilidade de pagamento da Cédula de Produto Rural em dinheiro atrairá o interesse de novos investidores e vem num momento em que é escasso o dinheiro para financiamento rural. Os documentos devem conter detalhes da quantidade, qualidade e preço ou índice de preço a ser empregado na hora do acerto de contas. A nova cédula, com resgate finan-



Senador Jonas Pinheiro (D) e deputado Moacir Micheletto

ceiro, tende a atrair os produtores brasileiros para o chamado mercado futuro, acredita o senador.

As cédulas podem ser negociadas pelo investidor no mercado. O agricultor que tomar o dinheiro será obrigado a oferecer garantias de que entregará o produto ou pagará o documento na data de vencimento. No fundo, trata-se de uma espécie de empréstimo agrícola tradicional, só que negociado entre duas pessoas ou empresas, sem envolvimento de um ban-

co, o que pode reduzir o custo do dinheiro para o agricultor.

Com a aprovação do parecer, a medida provisória agora será votada pelo Congresso Nacional. De qualquer forma, mesmo sem a votação dos deputados e senadores, os agricultores já podem recorrer ao novo instrumento de empréstimo, uma vez que as MPs entram em vigor assim que são editadas pelo presidente da República. A medida examinada pela comissão foi publicada no último dia 20.

Atividades do Senado na semana incluem a limitação dos gastos com vereadores

A aprovação de uma emenda constitucional limitando os gastos das câmaras de vereadores, de um projeto de lei enquadrando o servidor público no regime da CLT e de três resoluções autorizando o governo brasileiro a reescalonar débitos de Zâmbia e Suriname com o Brasil marcaram a primeira semana de fevereiro no Senado Federal.

Com 72 votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções, foram fixados limites para os gastos dos legislativos municipais, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Foi deliberado que o Legislativo municipal não poderá comprometer mais de 70% dos recursos a ele destinados com a folha de pagamento de pessoal, incluídos os gastos com o subsídio dos vereadores.

A emenda, que ainda vai ser promulgada, estabelece que a despesa das câmaras municipais, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da receita do município: 8%, nos mu-

nicipios de até 100 mil habitantes; 7%, nos municípios de até 300 mil habitantes; 6%, nos municípios de até 500 mil habitantes; e 5%, naqueles com mais de 500 mil habitantes.

De iniciativa do governo, a lei que agora enquadra os servidores nas normas da CLT não abrange os atuais funcionários nem os ocupantes das carreiras de Estado, mantendo a seleção dos servidores por concurso público. A mudança atende o objetivo governamental de flexibilizar as relações de emprego no âmbito do Estado, além de transferir esses servidores para o regime previdenciário comum.

A União foi autorizada a reescalonar seus créditos junto à República de Zâmbia, no montante de US\$ 20,3 milhões. Já o reescalonamento com o Suriname diz respeito a dois débitos daquele país com o Brasil. Um soma US\$ 58,8 milhões e o outro, de responsabilidade da Telecomunicações do Suriname (Telesur), soma US\$ 20,9 milhões. Os senadores do Bloco Oposição, assim como Roberto Requião (PMDB-PR), votaram contra as propostas.

Também esta semana, a Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação de Valter Pecky Moreira para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). E a Comissão Mista de Orçamento aprovou os sub-relatórios "Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia" e "Fazenda e Desenvolvimento", este último fixando o gasto governamental com juros para este ano.

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu convocar oito governadores para falar sobre os incentivos fiscais concedidos para atrair novas indústrias. Também aprovou dois projetos de resolução autorizando empréstimos para os Correios e para um projeto de assistência técnica e saneamento para população de baixa renda. A CAE também realizou audiência pública para debater a venda de ações da Embraer, preocupada com o risco de a empresa ter perdido o controle acionário brasileiro.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura promoveu audiência pública para discutir o vazamento de óleo na baía de Guanabara.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO
9h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA
PLENÁRIO
<u>Segunda-feira</u> 14h30 — Sessão não deliberativa
<u>Terça-feira</u> 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 90/99, que altera a Constituição para disciplinar o pagamento de precatórios judiciais.
<u>Quarta-feira</u> 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 90/99, que altera a Constituição para disciplinar o pagamento de precatórios judiciais.
<u>Quinta-feira</u> 10h — Sessão deliberativa ordinária Hora do Expediente: Comemoração do 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 90/99, que disciplina o pagamento de precatórios.
<u>Sexta-feira</u> 9h — Sessão não deliberativa
COMISSÕES
<u>Terça-feira</u> 10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: 1ª parte: *Ofício "S" nº 2/2000, pedido de autorização do Banco Central ao Senado para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), no valor de R\$ 2 milhões, destinado a financiamento de investimento em infra-estrutura urbana na cidade de Cachoeirinha (RS). 2ª parte: Exposição de Fábio Barbosa, secretário do Tesouro Nacional, para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária do estado de Pernambuco, e sobre as negociações da dívida do município de São Paulo, de acordo com requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR). <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>
<u>17h — Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos</u> Pauta: Exposição de Andrea Calabi, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para prestar esclarecimentos sobre a aplicação de recursos do orçamento do banco na proporção de 80% para as regiões Sul e Sudeste e 20% para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em atendimento a requerimento do senador Moacir Micheletto (PFL-RR). <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>
<u>Após Ordem do Dia — Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</u> Pauta: Tramitam em conjunto, com decisão não terminativa, as propostas de Emenda Constitucional nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e a de nº 96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; e votação secreta da Mensagem nº 64/99, que submete ao Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar, Marcus Herndl, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>
<u>Quarta-feira</u> 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Tramitam, com decisão não terminativa: proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 4/2000, que propõe a Desvinculação de Receitas da União (DRU); os projetos de Lei da Câmara (PLC) nº 3/2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; nº 43/99, que disciplina a perda de cargo por insuficiência de desempenho do servidor público estável; *nº 63/99, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar; PEC nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PEC nº 96/99 — que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; e PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades e economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>
ESPECIAL
12h — Cultura ao Meio-Dia Filme: Amor e Cia, de Helvécio Rattón. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tápias explica ações do ministério a senadores

Em jantar organizado por Ney Suassuna, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior disse que, a partir das informações colhidas por sua equipe, será possível direcionar o desenvolvimento

Informação para mudar. Essa foi a tônica da palestra feita na quarta-feira pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, no jantar organizado semanalmente pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para que outros parlamentares possam ter um contato menos formal com integrantes do governo federal. O ministro destacou as pesquisas e estudos que vêm sendo realizados por sua pasta para abastecer os setores responsáveis pelo planejamento de investimentos em infraestrutura no país com informações detalhadas sobre a vocação natural, populações e recursos de cada região.

Estiveram presentes ao encontro os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Edison Lobão (PFL-MA), Pedro Piva (PSDB-SP), Paulo Souto (PFL-BA), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Wellington Roberto (PMDB-PB). Suplicy chegou ao final do jantar, pois estava participando da audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em que o presidente da Petrobras, Henry Philippe Reichstul, explicou o vazamento de óleo na baía de Guanabara.



Senador Edison Lobão, ministro Alcides Tápias, senadores Ney Suassuna, Pedro Piva e Paulo Souto

Tápias acredita que, a partir das informações colhidas por seu ministério, será possível direcionar o desenvolvimento e organizar uma determinada região, de acordo com a sua vocação, para que o empresário escolha quando e onde se unir ao governo para investir. “A escolha das soluções po-

derá ser feita de forma racional, o que simplifica a discussão. Ao governo, incluído aí o Congresso Nacional, caberá decidir para onde, politicamente, se deve levar o desenvolvimento”, explicou. No entanto, o ministro assinalou que isso levará muito tempo, pois toda mudança só se efetiva a lon-

go prazo.

Tápias destacou a reorganização de setores como o petroquímico, que vem sendo discutida com toda a indústria, que é privada. Para ele, o governo não deve interferir nessa reorganização, mas pode apoiá-la por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social (BNDES). Outro setor que exige atenção, segundo Tápias, é o da aviação comercial. “A menos que precisem de recursos do BNDES, a solução deverá surgir no âmbito deles próprios”, assegurou. O ministro disse ainda que não considera o BNDES “um hospital para consertar ineficiência empresarial”, lembrando que está sendo criada uma agência para tratar dessa área. Lembrou também que, em se tratando de banco público, é preciso respeitar o princípio básico de que o dinheiro emprestado vai voltar.

Alcides Tápias manifestou-se contrário ao contingenciamento de recursos no BNDES. Segundo o ministro, a obrigação de aplicar recursos num determinado setor engessa as decisões e compromete o critério de escolha do melhor investimento. Ele ressaltou as ações em benefício das micro e pequenas empresas, como o Programa Brasil Empreendedor, informando que o programa conseguiu multiplicar por seis o número de contratos de 98 a dezembro de 99, com valor médio unitário de R\$ 13 mil. O montante de recursos, que era de R\$ 1,150 bilhão, chegou a R\$ 2,6 bilhões.

PARLAMENTARES APRESENTAM DÚVIDAS E SUGESTÕES

Os senadores presentes ao jantar oferecido pelo senador Ney Suassuna ao ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, na quarta-feira, apresentaram ao convidado sugestões, queixas e dúvidas.

Após a breve palestra do ministro, o senador Pedro Piva lamentou o “aperto” e a “incompreensão” da Receita Federal com os empresários devedores. O senador pediu que o ministro lute pelo acerto do estoque da dívida antiga, para que os devedores voltem à legalidade. Segundo Piva, essa medida permitiria ao governo beneficiar-se não apenas com o dinheiro passado que entraria, mas também com o dinheiro futuro.

Tápias disse ser contrário a anistias e que parte2 desse pleito foi atendida com a criação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – medida integrante do Programa Brasil Empreendedor –, que possibilitará o parcelamento, com juros menores, das dívidas de micro e pequenos empresários junto ao INSS e à Receita Federal. Para o ministro, o empresário que passou por todas as mudan-

ças de política econômica e sobreviveu é um herói.

O senador Edison Lobão manifestou preocupação com a meta anunciada pelo governo de elevar as exportações brasileiras à cifra de US\$ 100 bilhões por ano. “Como podemos chegar a US\$ 100 bilhões, se não conseguimos passar dos US\$ 50 bilhões?”, questionou Lobão. A mesma preocupação foi compartilhada pelo senador Roberto Saturnino.

*Exportações
brasileiras
podem crescer
em até US\$ 5
bilhões e propiciar
balança positiva
neste ano, prevê
o ministro*

O ministro demonstrou otimismo em relação ao aumento das exportações. Ele admitiu que a meta é difícil de ser alcançada, mas disse preferir uma “meta desafio” a uma meta fácil. “A meta desafio não dá sossego e temos que brigar todos os dias por ela”, afirmou. Tápias previu que o

Brasil pode ter um incremento de US\$ 4 bilhões ou US\$ 5 bilhões este ano, e balança positiva.

O senador Paulo Souto perguntou se é comum, numa economia como a brasileira, existir apenas um organismo (no caso, o BNDES) para financiamento de longo prazo. Saturnino lamentou a extinção dos bancos de desenvolvimento estaduais e garantiu que eles fazem falta. Tápias

apontou outras fontes desse tipo de financiamento, como os fundos de pensão, o mercado de capitais e empréstimos estrangeiros. Além disso, o ministro afirmou que os recursos disponíveis no BNDES são suficientes para atender à demanda atual.

O anfitrião, Ney Suassuna, quis saber se o ministério tem alguma equipe estudando o aumento da exportação para países como Líbia, Argélia e Marrocos, que têm recursos e querem comprar produtos brasileiros, mas são impedidos por acordos de embargos diplomáticos liderados pelos Estados Unidos e países europeus. Tápias explicou que existe um grupo estudando essa possibilidade.

Suassuna também levantou a questão da guerra fiscal entre os estados e disse não acreditar que a reforma tributária resolva o problema. Segundo ele, a reforma tributária pode levar três anos para ser aprovada no Congresso. Por isso, perguntou ao ministro se haveria alguma medida que, a curto prazo, pudesse ser tomada para acabar com a guerra fiscal. Tápias reconheceu a necessidade do estabelecimento de regras para acabar com esse problema e apontou a mudança dos impostos como um processo naturalmente demorado. Para ele, é preciso que os governadores tenham paciência e bom senso, pois renunciar a impostos não

significa que o empresário vai continuar no estado quando o subsídio acabar.

O senador Eduardo Suplicy rebateu cálculo de Suassuna, que deu três anos de prazo para aprovação da reforma tributária. Segundo Suplicy, a reforma poderia ser aprovada ainda neste ano, opinião apoiada por Tápias. O senador lembrou pronunciamento recente do presidente norte-americano, Bill Clinton, em que vincula o fortalecimento da economia americana, com o menor índice de desemprego de sua história, ao programa de imposto de renda negativo. Esse programa americano, explicou Suplicy, complementa a renda de mais de 20 milhões de famílias que não conseguem obter o mínimo para se sustentar. Suplicy pediu a Tápias que procure saber como esse instrumento ajudou a economia americana.

O ministro afirmou que uma comparação entre os dois países mostraria muitas diferenças. A principal delas seria que os Estados Unidos não têm déficit público, mas um enorme superávit que permite a redistribuição do excesso de arrecadação. Observou que o Brasil precisaria encontrar fontes de recursos que não sejam inflacionárias para financiar um programa como o americano.



ACM destacou necessidade de concluir votações previstas na convocação extraordinária

Sessões dos dias 11 e 14 serão deliberativas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou aos senadores, na sessão de ontem, que nos próximos dias 11 (sexta-feira) e 14 (segunda-feira) a Casa terá sessões deliberativas, a fim de concluir votações importantes previstas para o período de convocação extraordinária. A comunicação teve a finalidade de informar e convocar os senadores, já que habitualmente o Senado não realiza sessões deliberativas às segundas e sextas.



Geraldo Althoff deu na CAE pareceres favoráveis à operação com o Suriname

Débitos do Suriname já podem ser reescalados

O Plenário aprovou ontem duas resoluções que autorizam o governo federal a reescalonar dívidas com o Suriname. O débito do governo daquele país com o Brasil soma US\$ 58,8 milhões e o da Telecomunicações do Suriname (Telesur), US\$ 20,9 milhões. Os senadores do Bloco Oposição e Roberto Requião (PMDB-PR) votaram contra as propostas. Requião contestou os pareceres favoráveis à operação, apresentados pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC). O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) considerou a solução vantajosa para o país, pois, caso o acordo fosse rejeitado pelo Senado, o devedor, "de extrema fragilidade", iria buscar tratamento especial no Clube de Paris, o que traria mais prejuízos ao Brasil.

— Considero altamente irresponsável o uso de recursos públicos para financiar exportações a países de alto risco, incapazes de honrar suas dívidas. No passado recente, o Brasil já teve enormes prejuízos financiando exportações a países de alto risco, especialmente do Leste Europeu — afirmou o senador pelo Paraná.

Segundo Requião, a dívida com o Suriname já foi reescalada outras três vezes e aquele país não honrou os contratos em nenhuma das ocasiões. Pelo contrato proposto, continuou, o Brasil abre mão de créditos que tem a receber, "subsidiando", com recursos orçamentários, o governo do Suriname.

Os pareceres na CAE foram aprovados em março de 1999, mas, por força de requerimento que sobrestou a análise da matéria pelo Plenário, os projetos de resolução tiveram sua votação adiada em Plenário até que informações adicionais, solicitadas pela senadora Marina Silva (PT-AC), fossem prestadas pelo Ministério da Justiça. A análise pelo Plenário foi possível depois que o ministro José Carlos Dias enviou relatório da Polícia Federal sobre o envolvimento de autoridades do governo do Suriname com o tráfico de drogas.

Dirigente esportivo não quer empresa no controle de mais de um clube de futebol

Ao depor na comissão mista que examina MP, Fábio Koff alertou para risco de manipulação de resultados e de formação de cartel, com desaparecimento de agremiações pequenas

O presidente do Clube dos Treze, Fábio Koff, em audiência pública ontem na comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP) que altera a Lei Pelé, manifestou-se contrário à possibilidade de uma empresa gerenciar mais de um clube de futebol. A MP, que proíbe o controle de mais de um clube por apenas uma empresa, trata ainda da criação de uma taxa a ser cobrada na abertura de bingos.

Fábio Koff, presidente da instituição que agrega 20 clubes, entre eles Flamengo, Grêmio e Internacional, disse ser favorável à proibição não só pelo perigo de manipulação de resultados, mas também pela possibilidade de formação de cartel, o que, na opinião dele, pode levar ao desaparecimento de clubes menores. "Não vejo investidor apostando em clubes de segunda divisão", disse.

Koff criticou ainda a obrigatoriedade de os clubes se tornarem empresas. Ele observou que a legislação foi elaborada sem que fossem ouvidos os dirigentes dos clubes, sem levar em conta a conveniência do negócio para essas instituições.

— É uma regra compulsória e intervencionista. Clubes-empresa tudo bem, mas empresas-clube, jamais. As em-



Fábio Koff (E), ao lado do senador Maguito Vilela e do deputado Ronaldo Vasconcellos, depõe na comissão

presas não têm compromisso com o clube. Se amanhã for mais lucrativo plantar batatas no Canadá, é o que os investidores vão fazer. Eles têm mero espírito especulativo — afirmou.

O deputado Eurico Miranda (PPB-RJ) lembrou o investimento feito pelos clubes na formação de jogadores e Koff destacou a necessidade de a lei garantir o ressarcimento aos clubes pela formação de atletas, prevendo sua permanência no clube por algum tempo. O deputado destacou, ainda, a

necessidade de as empresas com participação no capital ou parceiras dos clubes não comprometerem o patrimônio nem terem controle político das entidades esportivas, de forma a garantir a autonomia dos clubes.

O senador Bello Parga (PFL-MA) sugeriu que seja usado o mesmo critério da Fifa: uma empresa não pode controlar mais de um clube em uma mesma competição. Respondendo ao senador, Fábio Koff afirmou que, se uma empresa gerenciar clubes em di-

visões diferentes, isso pode favorecer o futebol, por incentivar clubes de divisões inferiores.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) questionou a constitucionalidade da MP no sentido de ferir a liberdade de associação e autonomia de entidades esportivas. Lamentou ainda que a medida provisória misture bingos com patrocínio de futebol. A comissão elegeu nesta reunião seu novo presidente, o deputado Ronaldo Vasconcellos (PFL-MG).

Procuradores rejeitam taxa para autorização de abertura de bingos

Os procuradores da República Luís Francisco de Souza e Guilherme Schelb manifestaram-se contrários à medida provisória que cria taxas de autorização para o funcionamento de bingos. Eles participaram ontem de audiência pública da comissão mista que examina a matéria.

Luís Francisco de Souza observou que a fiscalização dos bingos, de acordo com a MP, ficará a cargo do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp), órgão que, segundo ele, não dispõe de fiscais. "A medida é viciada. Tem erros gravíssimos", afirmou.

A MP, que altera a Lei Pelé, cria taxas de R\$ 6 mil para a criação de bingos permanentes e de R\$ 4 mil para bingos eventuais. O dinheiro arrecadado com as taxas será destinado a autorização, controle e fiscalização dos jogos de bingo e fomento dos esportes.

O procurador destacou que a medida provisória foi gerada no Ministério do Esporte e Turismo em reuniões das quais participaram donos de bingos,

como Tiago Loureiro, que, segundo afirmou, é sócio de empresas que têm como acionistas membros da família mafiosa italiana Ortiz. De acordo com o procurador, essa família controla a área de bingos do Indesp.

O procurador Guilherme Schelb, respondendo a pergunta do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), informou que provas de ligação dos bingos brasileiros com a máfia italiana foram conseguidas pela Justiça da Itália e enviadas à Justiça brasileira. Segundo essas provas, informou Schelb, mafiosos italianos estariam aplicando recursos do tráfico de drogas em bingos no Brasil, produção de frutas no Caribe e exploração de minério na África.

— Os bingos são suspeitos de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. São cinco mil bingos no Brasil e não há controle da origem de seus recur-

sos — afirmou.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sugeriu, apoiando posição do deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), que os jogos de bingos passem a ser atribuição da Caixa Econômica Federal. Já o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) sugeriu que o Ministério Público e o Congresso se unam para criar uma nova legislação sobre os bingos. O senador Bello Parga (PFL-MA) se disse contra os bingos, mas, uma vez que são previstos em lei, defendeu a elaboração de uma legislação adequada.

Nas próximas reuniões a comissão ouvirá ex-ministros e dirigentes desportivos. Na terça-feira, será ouvido Márcio Braga; na quinta-feira, Ricardo Teixeira e, no dia 15, Artur Antunes Coimbra, o Zico. Edson Arantes do Nascimento, Pelé, foi convidado mas não poderá comparecer.

O senador Bernardo Cabral sugeriu que jogos de bingos passem a ser atribuição da Caixa Econômica Federal

PEC sobre precatórios começa a ser discutida

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que disciplina o pagamento, pela Fazenda Pública, de valores constantes de precatórios judiciais teve ontem seu primeiro dia de discussão em primeiro turno.

A proposta, já aprovada pela Câmara e com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, tem como objetivo garantir a execução de determinações judiciais, como pagamentos de desapropriações e causas trabalhistas. A proposta altera o artigo 100 e as Disposições Transitórias da Constituição.

De acordo com a justificativa da proposta original, "a obrigatoriedade do pagamento integral do débito corresponde ao anseio de concreta supremacia da Justiça sobre a burocracia, pois é inaceitável que após longos processos judiciais, a execução da sentença se faça em intermináveis precatórios".

Na CCJ, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou substitutivo à PEC que veio da Câmara.

Maldaner aponta mau uso de recursos emprestados ao Besc

A má utilização de recursos emprestados pela União ao governo de Santa Catarina para a federalização e posterior privatização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) foi denunciada ontem no Plenário pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele diz ter ouvido de colegas senadores que não teriam aprovado o empréstimo, em votação ocorrida em meados de dezembro, se soubessem que o gasto irregular de verbas iria ocorrer.

Segundo Maldaner, os gestores do Besc estão usando recursos do empréstimo (de R\$ 2,1 bilhões) na contratação de consultorias nas áreas



Segundo Maldaner, há casos de contratação irregular de consultores

de informática, contabilidade e finanças. A essas consultorias caberia parte da tarefa de sanear o Besc, mas funcionários do banco estranharam não só as atividades dos consultores como também os valores dos pagamentos. Outro fato grave, no entender de Maldaner, é que os valores dos contratos estão sendo corrigidos, o que seria irregular. Um deles passou de R\$ 600 mil para R\$ 2,3 milhões.

— Os urubus estão sobrevoando o Besc. Estão partilhando os valores entre várias instituições para federalizar o banco — disse Maldaner.

Ademir cobra dados pedidos a Jungmann e a ministro da Justiça

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitou à Mesa do Senado as devidas providências para receber informações requeridas em maio de 1999 ao ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, e ao ministro da Justiça. Pela Constituição, lembrou, as autoridades devem prestar as informações solicitadas por parlamentares no prazo de até 30 dias. Na presidência dos trabalhos, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assegurou que a Mesa do Senado encaminhará a cobrança de Ademir às autoridades.

A Jungmann, Ademir pediu informações sobre as providências tomadas pelo Incra quanto à apropriação, por Cecílio do Rego Almeida, de 4,7 milhões de hectares de terra no Pará. A área foi apropriada indevidamente pela empresa Incensil, “que estaria fazendo o papel

de *laranja*” de Cecílio do Rego Almeida, conforme o Instituto de Terras do Pará (ITP). Ainda segundo o ITP, acrescentou o senador, a superfície total apropriada na verdade alcançaria 6 milhões de hectares.

As informações solicitadas ao ministro da Justiça basearam-se em denúncias publicadas pela revista *Veja*, segundo a qual vários crimes estariam sendo cometidos em grande extensão territorial adquirida por Cecílio do Rego Almeida. Ademir quer saber se o ministério investigou as denúncias de assassinatos, ocultação de cadáveres, trabalho escravo e formação de quadrilha, feitas pelo vereador Eduardo Modesto, de Altamira, e se *Veja* estava correta ao afirmar que as investigações estavam atrasadas por falta de verbas para garantir o deslocamento da Polícia Federal à região.

Rocha homenageia Macapá por seus 242 anos de história

Ao registrar que Macapá, capital do estado do Amapá, completará hoje 242 anos, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) homenageou os macapenses contando um pouco da história da cidade, fundada pelo então governador do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com o nome de Vila de São José de Macapá.

Rocha explicou que o nome Macapá, de origem tupi, é uma variação da palavra *macapaba*, que significa lugar de muitas bacabas, frutos de palmeira nativa da região. O senador registrou que se trata da única capital do Brasil localizada às margens do rio Amazonas.

Destacou ainda o fato de Macapá,



Sebastião Rocha destaca generosidade do povo do Norte

por ser cortada pela linha do Equador, ter parte da sua população habitando o Hemisfério Norte e outra parte, o Hemisfério Sul.

Um dado curioso mencionado por Rocha diz respeito ao estádio de futebol da cidade — o Zerão — onde, por sua localização geográfica, os times jogam em um hemisfério diferente em cada tempo da partida.

Lembrando que desde 1964 mora no estado, onde chegou aos seis anos com toda a família, Sebastião Rocha elogiou a generosidade do povo da região Norte. Na sua opinião, a mescla de caboclos, índios e nordestinos gerou um povo que tem como características principais a garra e a emoção.

Suplicy adverte para risco de dolarização da América Latina

Senador propõe que o Brasil ajude os países vizinhos a manterem suas moedas para que não se repitam casos como o do Equador

A economia latino-americana está correndo o risco de dolarização, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele chamou a atenção para a substituição da moeda do Equador pelo dólar e os boatos de que a Argentina tomaria medida semelhante, conforme foi noticiado pelo jornal *Página 12*, de Buenos Aires.

De acordo com o senador, embora a dolarização da economia argentina tenha sido negada pelo presidente Fernando de La Rúa, a questão é preocupante, uma vez que em documento de outubro do ano passado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou a troca do peso pela moeda norte-americana.

Suplicy pediu ainda aos senadores que não esquecessem a proposta feita há dois anos pelo então presidente argentino Carlos Menem de que seu país e o Brasil adotassem o dólar como padrão monetário.

Diante de todos esses sinais, o senador anunciou que irá encaminhar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimento propondo a criação de grupo de trabalho para estudar assuntos monetários internacionais, entre eles, a dolarização. Suplicy considera possível que, de um momento para o outro, o Brasil se veja cercado de países que abriam mão da emissão de sua própria moeda.

— A dolarização representa grave perda de soberania — alertou.

Eduardo Suplicy explicou que o país



Suplicy quer que a CAE crie um grupo de estudos de assuntos monetários internacionais

de economia dolarizada fica impossibilitado de exercer uma política monetária ativa e controlar o volume de moeda em circulação ou usar a taxa de juros para inibir ou estimular consumo e investimento. A oferta de moeda e crédito ficaria diretamente ligada aos movimentos dos juros fixados pelo *Federal Reserve* (Fed), o banco central dos Estados Unidos.

Segundo o senador, o Brasil não está livre desse fenômeno, embora o presidente Fernando Henrique tenha dito em recente encontro com um grupo de senadores que em hipótese alguma o governo irá abrir mão do real. O ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, por exemplo, confessou a Suplicy ter recebido proposta de atrelamento do real ao dólar (por meio de uma caixa de conversão) de membros da equi-

pe do FMI e de funcionários do governo norte-americano.

— A dolarização seria muito vantajosa para os Estados Unidos, conforme declarou o secretário do Tesouro americano, Larry Summers — lembrou Suplicy.

A vantagem estaria no fato de que o emissor de moeda se apropriaria automaticamente de parte do volume emitido a título de “senhoriagem”, direito consagrado dos bancos centrais. Assim ao adotar o dólar, os países estariam fazendo empréstimos — sem cobrança de juros — aos Estados Unidos. Por essa e outras razões, Suplicy propõe que o Brasil ajude os demais países da América Latina a manterem suas moedas.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) classificou a dolarização de “terceirização da soberania nacional” e considerou que este não seria motivo para a criação de um grupo de estudos, mas sim para abertura de um processo de *impeachment* do presidente da República.

Também em aparte, José Fogaça (PMDB-RS) disse que duvida da dolarização na Argentina. Segundo ele, essa medida seria um “tiro no pé”, levando-se em conta que o Brasil manteria sua moeda e o controle de sua política monetária e de incentivos às exportações. Para Ney Suassuna (PMDB-PB), outro apartante, o presidente Fernando Henrique foi bem claro ao dizer aos senadores que não dolarizaria a economia brasileira.

Arruda elogia proposta feita pelo senador petista

Falando em nome da liderança do governo, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) cumprimentou o senador Eduardo Suplicy por ter proposto, em pronunciamento feito anteriormente, a instalação de uma subcomissão, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para estudar os riscos da dolarização em vários países da América Latina.

— Apesar de ser um senador de oposição, Suplicy é reconhecido por todos como um homem público da maior seriedade e que sabe reconhecer quando o governo acerta. Ao trazer sua preocupação com a dolarização efetivada em outros países da América do Sul, ele, na verdade, está reconhecendo o acerto do governo em não ter tomado essa medida no início do ano passado — afirmou Arruda.

Arruda lembrou que, naquela época, o Senado estava discutindo os reflexos na economia brasileira de uma “gravíssima” crise internacional, que

contribuiu para a desvalorização do real frente ao dólar. Atualmente, prosseguiu, com o real sob controle, os senadores podem fazer “análises virtuais” sobre problemas enfrentados pelos outros países do continente.

GENOÍNO

José Roberto Arruda também pediu que fosse transcrito nos Anais da Casa artigo publicado na edição da última quarta-feira do jornal *Folha de S. Paulo* pelo deputado federal José Genoíno (PT-SP), que, na sua opinião, “é uma das páginas mais bonitas da história política brasileira”. O senador elogiou a coragem do parlamentar por “abrir o coração e expor sua grandeza de sua dimensão humana e coragem pessoal”.

Logo em seguida, Eduardo Suplicy pediu a palavra pela ordem para cumprimentar o líder do governo pela iniciativa de propor a transcrição nos Anais do Senado do depoimento de



O senador José Roberto Arruda encampou a sugestão de instalar a subcomissão na CAE

Genoíno. Ele disse que o texto, além de comovedor, é importante do ponto de vista histórico.

O senador voltaria ao tema ao final da sessão. Citou alguns trechos do depoimento em que Genoíno lembrou sua prisão durante a guerrilha do Araguaia e de como foi torturado por agentes da ditadura militar.

— Genoíno é um dos parlamentares mais importantes da história do Congresso. Merece nesse momento toda a nossa solidariedade — disse Suplicy.

Juvêncio pretende alterar política de recursos hídricos

Senador aponta contradições na legislação e defende isenção de cobrança pelo uso da água para animais, determinados tipos de piscicultura e projetos de irrigação destinados à agricultura familiar

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) informou ontem, no Plenário, que elaborou um projeto prevendo modificações na lei que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos. Ele quer isentar da cobrança a utilização da água para animais, determinados tipos de piscicultura e projetos de irrigação destinados à agricultura familiar.

O senador explicou que, pela legislação em vigor, não é cobrado nada de um fazendeiro que leve sua boiada para matar a sede no leito de um rio, atravessando matas, contribuindo para o assoreamento do rio e atentando contra a natureza. Por outro lado, se o mesmo proprietário rural fizer uma derivação para levar as águas do rio para saciar a sede dos seus animais, dependerá de uma outorga e de pagar pela utilização da água.

– Se a lei determina que os re-



Juvêncio: aperfeiçoamento da lei pode ajudar a fixar o homem no campo

desde que seja lançada de volta ao leito natural após o uso, também ficará isenta de pagamento. Ele argumentou que, neste caso, haveria um benefício à natureza, já que a água voltaria enriquecida com os ingredientes que compõem a sobra da ração usada para alimentar os peixes no cativeiro.

Projetos de irrigação que estimulem a agricultura familiar em propriedades com até dois módulos rurais também seriam liberadas do pagamento pela utilização da água. O módulo rural é a fração mínima permitida para dividir-se uma área. Juvêncio da Fonseca considera que a isenção contribuirá para fixar o homem no campo.

Se aprovada a proposta, a utilização de água na piscicultura,

Senadores manifestam preocupação com o uso da água

Externando sua preocupação com o meio ambiente, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) contou, em aparte ao pronunciamento do senador Juvêncio da Fonseca, que, quando foi governador do Piauí, ao verificar que um poço jorrava água a uma vazão de quase um milhão de metros cúbicos por hora, imediatamente mandou tampar a saída enquanto não fosse feito um estudo do seu aproveitamento. Recentemente, lamentou ele, ao passar pelo mesmo local, constatou que a água estava jorrando novamente, sem ser utilizada.

Já o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que a demanda por água, seu uso e as restrições necessárias para sua preservação deve-

rão tomar conta das discussões no próximo milênio. A senadora Marina Silva (PT-AC) alertou que o debate não pode ficar restrito e sugeriu que seja oferecido tempo para que ocorra uma ampla discussão, com a participação da sociedade. Ela acrescentou que a água não pode ser tratada como apenas mais um recurso a ser explorado economicamente.

Para o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), a questão da água deve trazer preocupação a toda humanidade. Ele sugeriu que seja incluída na lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos a possibilidade de subsídios financeiros para o armazenamento da água através de grandes ou pequenas represas.

Requião diz que ministro do Planejamento prestou informação falsa ao Senado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) indagou ontem à Mesa sobre que providências seriam adotadas pela Casa diante do que considera um crime de responsabilidade cometido pelo ministro do Planejamento, Martus Tavares. O crime, de acordo com o senador, seria a prestação de informação falsa ao Senado quando o ministro garantiu que o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) havia sido elaborado somente por técnicos do Ministério do Planejamento, sem consultorias externas.



Roberto Requião classifica atitude do ministro como crime de responsabilidade

De acordo com o Requião, ao contrário do que disse o ministro ao Senado, o PPA foi concebido pelo Consórcio Brasiliana, liderado pela firma Booz-Allen & Hamilton. Ele acrescentou que essa informação foi confirmada pelo relator do plano, deputado Renato Viana.

“Terceirizamos o planejamento estratégico do país e temos uma informação falsa”, afirmou o senador. “Que providência o Senado tomará diante desse crime de responsabilidade?”, questionou.

Em resposta, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidia a sessão, pediu que o senador paranaense formalizasse seu requerimento de informações e que solicitasse a adoção de providências “na forma regi-

mental”. Requião protestou, argumentando que o pedido oral, formulado por meio de questão de ordem, seria suficiente.

– A informação do ministro está de posse da Mesa e fiz minha denúncia pelo microfone do Senado. Não há por que burocratizar esse processo – afirmou.

Entretanto, Geraldo Melo manteve sua decisão, explicando que se trata de exigência contida no Regimento Interno do Senado. O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que a consultoria foi contratada na forma da lei, mas que responderia por escrito à denúncia de Requião.

Suplicy sugere solução negociada para assentar famílias em fazenda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem uma solução negociada entre o Incra e o INSS para que mil famílias possam ser assentadas em uma fazenda de 13,5 alqueires no município paulista de Matão. Em breve comunicação ao final da sessão, o senador leu ofício encaminhado ao Incra, em que sugere o assentamento como saída

para as famílias que ocupam o imóvel desde 18 de dezembro do ano passado.

O ofício foi acompanhado dos decretos de desapropriação da fazenda, antes pertencente à empresa agrícola Rio Pedrense Agro Pastoral, e agora considerada área de interesse social pela prefeitura. Segundo Suplicy, um entrave ao assentamento é a dívida

que a empresa tem junto ao INSS. Ele disse que o problema poderia ser resolvido com a entrega de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) emitidos pelo Incra ao INSS. Esta operação já teria a concordância do diretor-presidente do INSS, Crésio de Matos.

– Os agricultores desejam apenas a oportunidade de trabalhar na terra – frisou o senador.

Ademir Andrade propõe aperfeiçoamento do Fundef

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem projeto de lei para corrigir o que identificou como falhas do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Com base em análise de relatório do Tribunal de Contas da União e em denúncias que tem recebido ao longo dos dois anos de existência do fundo, Ademir afirmou que muitos prefeitos não estão aplicando os recursos de acordo com a lei.

Ademir denunciou, também, a falta de planos de carreira para o magistério que assegurem melhorias salariais e capacitação dos professores, e a não constituição dos conselhos sociais que têm o objetivo de fiscalizar os recursos

do Fundef. Segundo o senador, distorções e inconstância nos repasses dos recursos federais também prejudicam a aplicação correta do fundo.

Entre as alterações, Ademir propõe o estabelecimento de sanções para qualquer tipo de descumprimento da lei, o que facilitaria a aplicação de penalidades. Ele também manteve a possibilidade de intervenção na administração municipal do Fundef, além de fixar outras sanções que “serão de aplicabilidade prática, suggestionando os agentes públicos a não agirem em desacordo com a lei”.

– A solução dessas questões passa pela mobilização mais efetiva da sociedade civil. Para isso, propomos mais duas modificações da lei, objetivando facilitar e esti-



Ademir diz que muitos prefeitos não estão aplicando os recursos de acordo com a lei

mular o processo participativo. Acreditamos que, com o projeto, estaremos dando uma significativa contribuição para o melhor funcionamento do Fundef, propiciando avanços para o processo educacional brasileiro – concluiu Ademir.

CCJ votará desvinculação de receitas na quarta

Na reunião de ontem, foi concedida vista coletiva, deixando para a semana que vem decisão sobre o projeto que dará autonomia ao governo federal para aplicar 20% dos recursos orçamentários anuais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votará na quarta-feira a proposta de emenda constitucional que estabelece a Desvinculação de Receitas da União (DRU). A proposta dará autonomia ao governo para a aplicação de 20% dos recursos orçamentários. Segundo o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a aprovação da DRU é a prioridade número um do governo na convocação extraordinária.

A discussão da proposta se iniciou na reunião extraordinária de ontem, mas o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou pedido de vista, que terminou sendo coletivo. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista por quatro dias úteis, marcando a votação para a próxima quarta-feira.

Em seu parecer, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) acatou a PEC na forma em que foi aprovada na Câmara.

“Deve-se ressaltar que os estados e municípios terão suas transferências constitucionais preservadas, uma vez que o Executivo teve o cuidado de determinar que a DRU será aplicada no Orçamento após a retirada dos fundos de participação. Da mesma forma, a contribuição do salário-educação não será tocada”, garantiu.

Alcântara manteve a redução do prazo de vigência da DRU até 2003, conforme aprovado na Câmara. A proposta original do governo previa a desvinculação de recursos até 2007. Ele traçou o histórico dessas desvinculações desde a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) em 1994, antes mesmo da adoção do Plano Real. “A previsão era de vigência até final de 1995, quando se esperava que o governo já tivesse instrumentos para garantir o equilíbrio fiscal em bases permanentes”, lembrou.

Alcântara explicou que o fundo, de-

pois denominado de Estabilização Fiscal (FEF), acabou sendo prorrogado até 31 de dezembro de 1999. “A justificativa foi o fato de ainda se encontrarem em tramitação no Congresso propostas indispensáveis à reestruturação dos gastos públicos. Sem o FEF, o Plano Real exigiria políticas monetária e de crédito muito restritivas, prejudiciais para o crescimento da economia e para as populações mais carentes.”

O senador argumentou que, no atual contexto de transição, o Executivo continua precisando de instrumentos para manter uma política fiscal equilibrada, alocando recursos onde são mais necessários. Ele lembrou que os recursos desvinculados serão gastos em aplicações previamente orçamentadas e aprovadas pelo Congresso. “A liberdade de utilização desses recursos será limitada pela concordância dos parlamentares”, concluiu Alcântara.



José Roberto Arruda (D), líder do governo, disse que aprovação da DRU é prioridade número um na convocação extraordinária

PEC não mexe nos fundos constitucionais

A proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece a Desvinculação de Recursos da União, em substituição ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), em exame no Senado, não reduzirá a base de cálculo das transferências aos estados, municípios e DF nem dos montantes dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com a proposta, a desvinculação será feita após a retirada dessas parcelas do Orçamento.

Também ficou excluída da DRU a arrecadação da contribuição social do salário-educação. Por isso, não ficarão diminuídas as parcelas destinadas aos estados e municípios. Nesses aspectos, a DRU difere do FEF, que pre-

judicava os governos estaduais e municipais porque incidia sobre os recursos que compõem os fundos de participação, receitas de salário-educação e o Imposto Territorial Rural.

Em contrapartida, a DRU vai retirar 20% das receitas da Previdência e da saúde porque seu cálculo vai incidir sobre as contribuições previdenciárias de trabalhadores e empregadores e sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) destinada à saúde, que antes não eram abrangidas pelo FEF.

Na exposição de motivos, o Executivo argumenta que a DRU visa dar maior flexibilidade à execução orçamentária, permitindo a realocação de recursos para financiamentos de des-

pesas incomprimíveis, sem endividamento adicional da União.

Para o governo, a medida contribuirá para o equilíbrio das finanças públicas e para a estabilidade econômica indispensáveis ao desenvolvimento sustentado, enquanto não forem definitivamente aprovadas e implementadas outras medidas estruturais necessárias para a manutenção do equilíbrio fiscal em bases permanentes.

Com a aprovação da DRU, o governo terá autonomia para a aplicação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União já instituídos e os que vierem a ser criados durante o período de vigência da proposta, que vai de 2000 a 2003.

Funcionários de ex-territórios terão direito a programa de assistência médica

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem emenda do senador Romero Jucá (PSDB-RR) ao sub-relatório “Fazenda e Desenvolvimento” que permitirá a inclusão, no Orçamento deste ano, de recursos destinados à cobertura de despesas médico-hospitalares dos servidores públicos dos quatro ex-territórios.

O valor da emenda aceita pelo sub-relator, deputado Freire Júnior (PMDB-TO), é de R\$ 90 mil, mas a intenção da bancada dos ex-territórios, segundo informou Jucá, é alcançar o montante de R\$ 26 milhões no Orçamento.

Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que apresentou emenda de igual teor, a decisão irá corrigir uma injustiça, pois os funcionários dos ex-territórios do Amapá, Acre, Rondônia e Roraima são os únicos que não recebem esse auxílio da União. O número

total de servidores ativos e inativos a serem beneficiados é de 32.199 e os dependentes somam 58.131.

Rocha disse ainda acreditar que o relator irá liberar cerca de 50% do valor solicitado pela bancada e se mostra otimista para os orçamentos dos próximos anos.

O sub-relator aceitou outros 11 desta-

ques (oito integrais e três parciais), sendo que os principais recompõem os recursos orçamentários para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), no valor de R\$ 2,3 milhões, e para o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Indus-



Senador Gilberto Mestrinho (E), presidente da comissão, convocou reunião para terça-feira

trial (Inmetro), de R\$ 7,7 milhões.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), comunicou que a próxima reunião, destinada à discussão do sub-relatório setorial da área de saúde, está marcada para a terça-feira.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – Entrevista: O senador Amir Lando fala sobre a proibição do uso de armas
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola: Paisagens Brasileiras* – episódio: Cidade Histórica – Olinda
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão Mista que analisa os fundos constitucionais (gravado – 2.2.2000)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após: Comissão de Infra-Estrutura (gravado em 2.2.2000)
20h30 – Entrevista: O senador Amir Lando fala sobre a proibição do uso de armas
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Especial: Fortes de Salvador*
21h30 – *Consulta Marcada: Febre amarela*
22h30 – Teatro Arthur Azevedo: *Show de Zeca Baleiro*
0h – Filme: *Bye, Bye Brasil*, de Cacá Diegues

DESTAQUES DO FIM DE SEMANA

AMANHÃ

3h30 – Entrevista: O senador Ramez Tebet fala sobre a guerra fiscal
6h, 8h15, 10h30, 12h15, 15h30, 21h15 – Especial quatro anos da TV Senado
6h25 – *Senado em Pauta*
6h30 – *Agenda Econômica*: O ministro Pratini de Moraes fala sobre agronegócios
7h30 – Entrevista: O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a defesa da Amazônia
8h30 – *TV Escola: Paisagens Brasileiras* – episódio: Coração do Pantanal: Corumbá
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta Tatá Amaral
12h30 – Entrevista: O senador José Roberto Arruda fala sobre a responsabilidade fiscal
13h30 – *Agenda Econômica*: O ministro Pratini de Moraes fala sobre agronegócios
19h30 – *Cidadania*: O senador Geraldo Cândido e o secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros do RJ, Mozart Schmitt de Queiroz, falam sobre o acidente ecológico na baía de Guanabara
20h30 – Entrevista: O senador Amir Lando fala sobre

a proibição do uso de armas
0h – Filme: *Bye, Bye Brasil*, de Cacá Diegues

DOMINGO

3h, 6h, 9h, 12h15, 15h30, 21h15 – Especial quatro anos da TV Senado
3h30 – Entrevista: O senador Amir Lando fala sobre a proibição do uso de armas
6h30 – *Debate*: O senador Freitas Neto e o presidente da Codevasf, Airson Lácio, falam sobre o desenvolvimento do Vale do Parnaíba
7h30 – Entrevista: O senador Lauro Campos fala sobre desemprego
12h30 – Entrevista: O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a defesa da Amazônia
13h30 – *Debate*: O senador Romero Jucá e Márcio Santilli, do Instituto Sócio-Ambiental, falam sobre a exploração mineral em terras indígenas
16h – *Especial: Fortes de Salvador*
17h30 – *Entrevista Especial*: O dr. Ricardo Fenelon fala sobre as novas técnicas nos tratamentos dermatológicos
18h15 – *TV Escola: Paisagens Brasileiras* – episódio: Cidade histórica – Olinda/PE
19h – *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta Tatá Amaral
19h30 – *Agenda Econômica*: O ministro Pratini de Moraes fala sobre agronegócios
20h30 – Entrevista: O senador Ramez Tebet fala sobre a guerra fiscal
21h30 – Teatro Arthur Azevedo: *Show com a Orquestra de Contrabaixos*
0h – Filme: *Bye, Bye Brasil*, de Cacá Diegues

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*. Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*. Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*. Em seguida – Música e informação



Álvaro revelou que os maiores financiamentos do BNDES foram para empresas estrangeiras

Álvaro Dias defende mais recursos para agroindústria

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a aprovação de projeto que prevê a destinação de 22% do total de recursos gerenciados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor da agroindústria. Aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, o projeto deverá ser submetido à apreciação do plenário, em função de pedido apresentado pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

No ano passado, informou Álvaro, de um total de 20 bilhões em recursos para financiamento de atividades empresariais, o BNDES destinou 45% para o setor industrial, 39% para infraestrutura, 7% para agropecuária, 7% para comércio e serviços e apenas 2% para educação e saúde. O mais grave é que os sete maiores financiamentos foram para grandes empresas estrangeiras, em contraste com recentes declarações do presidente do banco, Andrea Calabi, de que será mudada a direção de suas aplicações.

O senador listou as seguintes empresas que, em 1999, receberam cerca de 10% dos empréstimos do BNDES: Tele Centro Sul e Fundo Citibank (R\$ 424 milhões), Consórcio Telemar (R\$ 400 milhões), AES (empresa americana que comprou parte da Companhia de Energia de São Paulo – R\$ 360 milhões), Volkswagen (R\$ 294 milhões), Telesp Celular (R\$ 250 milhões), Light (R\$ 190 milhões) e Fiat (R\$ 180 milhões). Enquanto o BNDES destinava os R\$ 360 milhões para a AES, o Plenário do Senado aprovava autorização para que o governo de Roraima captasse recursos junto ao sistema financeiro internacional para aplicar no setor de distribuição de energia elétrica, apontou Álvaro Dias, definindo o fato como um contra-senso. “Para estrangeiros, juros subsidiados; para nacionais, aumento da dívida pública”, afirmou.

Cândido pede regulamentação da profissão de doméstica

Projeto da ex-senadora Benedita da Silva aprovado em 1996 pelo Senado aguarda inclusão na Ordem do Dia da Câmara desde maio

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fez um apelo ontem em favor da rápida regulamentação da profissão de trabalhadores domésticos, cujo projeto está pronto para votação na Câmara dos Deputados desde maio de 1999. De autoria da então deputada Benedita da Silva, o projeto foi apresentado em 1989 e aprovado em agosto de 1996 pelo Senado. No retorno à Câmara, passou por todas as comissões e está aguardando inclusão na Ordem do Dia desde maio último, destacou o senador petista:

– O Brasil não pode continuar ignorando os direitos desta categoria profissional, porque fere os direitos de cidadania e contradiz todos os princípios de igualdade, fraternidade e justiça social que constam da nossa Constituição – afirmou Geraldo Cândido.

Dados da Previdência Social indicam a existência de 500 mil trabalhadores domésticos, mas, de acordo com os sindicatos, a categoria é composta de cerca de 3 milhões de pessoas, representando, assinalou o se-



Cândido: “Brasil não pode continuar ignorando os direitos desta categoria”

nador, a segunda atividade profissional exercida por mulheres no país (a primeira são as trabalhadoras rurais). Cândido lamentou que a regulamentação, por meio de lei ordinária, venha “se arrastando há vários anos no Congresso Nacional”.

O objetivo do projeto de regulamentação é equiparar os empregados domésticos aos demais trabalha-

dores, permitindo-lhes usufruir dos benefícios da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sem qualquer diferenciação:

– Enquanto a regulamentação não vem, este segmento profissional continua sendo regido por uma legislação obsoleta e discriminatória (Lei 5.859/72), que relega o trabalhador doméstico a situação de inferioridade em relação aos outros trabalhadores brasileiros, o que é intolerável – observou o senador.

Na opinião de Geraldo Cândido, a medida provisória baixada pelo presidente da República para “facultar o acesso ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e ao seguro-desemprego” por parte dos empregados domésticos, publicada no último dia 13 de dezembro, “reafirma o preconceito e a discriminação com a categoria dos trabalhadores domésticos e com os trabalhadores em geral, uma vez que estão divididos em trabalhadores de primeira categoria e de segunda categoria (as domésticas), com direitos sociais diferenciados”.

Suassuna quer manter frentes contra a seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ao governo federal no sentido de que não encerre as frentes de trabalho que beneficiam milhares de flagelados da seca no Nordeste.



Para Ney Suassuna, “não há miséria maior do que a seca”

Ele disse que foi motivado a fazer o pronunciamento em virtude de notícias que vêm sendo divulgadas na imprensa, segundo as quais o governo acabaria com as frentes de trabalho no dia 28 de fevereiro próximo.

De acordo com Ney Suassuna, no final do ano choveu na Paraíba, mas há 20 dias não chove mais. Ele informou que somente no seu estado são 110 mil inscritos nas frentes de trabalho, sustentando suas famílias com R\$ 56 por mês, mais uma cesta básica de 20 quilos:

– Não temos como abrir mão das frentes de trabalho até que haja uma safra. O Nordeste está vivendo três anos de seca. Temos brigado constantemente aqui no Senado contra a pobreza, a fome e a miséria, mas não há miséria maior do que a falta d’água.

Tuma cobra solução para Polícia Federal

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu atenção do governo à necessidade de estruturar as carreiras de apoio da Polícia Federal. Ele dirigiu o pedido ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal,



Tuma: pessoal de apoio ainda carece de um plano de carreira

Agílio Monteiro Filho, salientando que estes trabalhadores ainda carecem de um plano de carreira próprio. Tuma, ex-diretor do DPF, elogiou a regularização do pagamento da Gratificação de Operações Especiais (GOE) aos delegados recém-incorporados ao corpo de elite da instituição.

Tuma também solicitou o registro, nos Anais da Casa, de voto de louvor ao jogador de futebol Ronaldinho, designado como embaixador da ONU na luta contra a pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Marina elogia projeto do Acre que leva cidadania à população carente

Primeiro lugar do prêmio “Destaque” do programa Gestão Pública e Cidadania, concedido anualmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Fundação Ford, o Projeto Cidadão do Acre foi lembrado ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC) como uma experiência vitoriosa na tarefa de assegurar os direitos da cidadania a comunidades que não são beneficiadas pelas políticas públicas.

De acordo com Marina, o projeto tem fundamental importância para os estados menos desenvolvidos, como o Acre, onde, segundo ela, acabou atraindo a colaboração de instituições do governo estadual e de entidades não-governamentais, integradas em um conselho:

– A iniciativa aproxima a população das instituições públicas e cria possibilidades de cobrança de resultados – afirmou.

Iniciado pelo Tribunal de Justiça e pelo então prefeito de Rio Branco e atual governador do Acre, Jorge Viana, o Projeto Cidadão começou com o fornecimento de registro de nascimento às crianças que não tinham condições de se matricular nas esco-



Marina: projeto se iniciou na gestão petista da prefeitura de Rio Branco, capital do Acre

las. Logo o projeto se expandiu e passou a cobrir outras carências da população: registro de casamento, reconhecimento de paternidade, carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, assistência jurídica, orientação previdenciária, saúde preventiva, consultas médicas e odontológicas. Em cinco anos, informou a senadora, foram realizados 480.366 atendimentos, 236.716 na capital e 243.650 nos municípios do interior do Acre.

Marina também comentou a repor-

tagem *Multa na turma*, publicada na revista *Veja*. Segundo disse, nela o semanário cometeu uma injustiça com a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e fez críticas genéricas, sem levar em conta as explicações dadas pela própria senadora. Para Marina, Heloísa Helena foi duplamente injustiçada, pois não usufruiu de benefícios irregulares e está sendo multada pela Receita Federal como se tivesse usufruído.

Quando vereadora, Marina disse ter passado por situação semelhante. Todo vereador do Acre tinha o direito de conceder uma bolsa de estudo a um aluno carente e o então presidente da Câmara passou a depositar o benefício diretamente na conta dos parlamentares, para posterior distribuição. Marina foi voto vencido ao se manifestar contra o depósito em conta e, precavida, documentou – com gravações, fotos e recibos bancários – todo processo de concessão da bolsa. Quando um cidadão moveu ação contra os vereadores na Justiça, ela foi um dos poucos parlamentares que comprovaram a lisura da concessão.